



## Municípios podem solicitar ampliação do horário de atendimento nas Unidades de Saúde da Família

Mais de 2 mil Unidades de Saúde da Família (USF) já estão aptas a participar do Programa Saúde na Hora em 400 municípios e no Distrito Federal, segundo a estimativa do Ministério da Saúde. Os municípios que ampliarem o horário de atendimento à população nas USF passam a receber mais recursos do Governo Federal. Os repasses podem chegar a dobrar de valor, dependendo da disponibilidade de equipes de Saúde da Família e Bucal e do horário de funcionamento das unidades, que pode variar entre 60h e 75h semanais.

O objetivo é ampliar o acesso aos serviços da Atenção Primária à Saúde como consultas médicas e odontológicas, coleta de exames laboratoriais, testes de rastreamento para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), triagem neonatal, aplicação de vacinas, acompanhamento pré-natal, entre outros procedimentos. Para participar do Programa Saúde na Hora, os gestores municipais devem solicitar adesão de suas unidades.

### Como funciona o programa

As secretarias municipais enviam proposta ao Ministério da Saúde, por meio do sistema E-Gestor, indicando quais são as USF que

desejam adaptar para o modelo de horário estendido. Após análise e aprovação do pedido, o Ministério da Saúde repassa incentivo no momento de início do horário estendido: R\$ 22,8 mil para USF que optar pela carga de 60h sem atendimento odontológico e R\$ 31,7 mil para USF que conta com equipes de saúde bucal. Para as que optarem pelo turno de 75h semanais, serão repassados cerca de R\$ 60 mil de incentivo. Esses recursos devem ser usados para preparar as unidades que vão funcionar no novo formato.

### Creritrios para adesão

Para aderir ao Saúde na Hora, as unidades deverão atender a alguns requisitos, como manter a composição mínima das equipes de Saúde da Família - com médico, enfermeiro, odontologista e auxiliar de enfermagem - sem reduzir o número de equipes que já atuam no município. A USF também deve funcionar sem intervalo de almoço, de segunda a sexta, podendo complementar as horas aos sábados ou domingos. Além disso, a unidade também deve ter o prontuário eletrônico implantado e atualizado.

Cada unidade participante da iniciativa deve ainda contar com um gerente da USF – profissional escolhido pelo gestor para

administrar a unidade – e terá assegurado incentivo financeiro do Governo Federal para este Gerente. Este profissional deve se dedicar exclusivamente ao gerenciamento, desenvolvendo atividades como planejamento, gestão e organização do processo de trabalho, coordenação e integração da USF com outros serviços de saúde.

Após início da participação no Saúde na Hora, os gestores municipais terão até 4 meses para adequar as unidades, caso contrário, podem ter suspensos os recursos adicionais referentes à participação no formato de atendimento ampliado.

Os gestores locais de saúde terão autonomia para indicar quais as unidades terão o horário de atendimento ampliado, dentro de critérios estabelecidos e de acordo com a demanda e realidade local. A medida também permite mais flexibilidade na organização da Atenção Primária à Saúde, como carga horária de profissionais da Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal, que poderão trabalhar em escala, intercalando equipes no atendimento à população. A carga horária mínima individual deve ser de 20h semanais para médicos, enfermeiros e cirurgiões-dentistas.

*Fonte: Ministério da Saúde*

### Nesta Edição:

- **LEI Nº 033/2019 - Dispõe sobre a criação do Cargo de Nutricionista do Hospital Municipal de Maiquinique;**
- **LEI Nº 034/2019 - CRIA O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

DIÁRIO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MAIQUINIQUE - BAHIA

Jesulino de Souza Porto

PREFEITO

Rua Francisco Martins, 1 - Centro, CEP: 45770-000, Maiquinique - BA | Telefone: (77) 3275-2179



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIQUINIQUE

RUA FRANCISCO MARTINS, 01 - CENTRO

CEP: 45770-000 – MAIQUINIQUE - BA

CNPJ: 13.751.821/0001-01



LEI Nº 033/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

**“Dispõe sobre a criação do Cargo de Nutricionista do Hospital Municipal de Maiquinique e dá outras providências.”**

**JESULINO DE SOUZA PORTO,**

PREFEITO MUNICIPAL DE MAIQUINIQUE - BA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 58, III da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprova e sanciona a seguinte lei:

### **REDAÇÃO**

**Art. 1º** - Fica criado no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maiquinique o cargo de Nutricionista do Hospital Municipal, com respectivo número de vaga e remuneração:

**Cargo:** Nutricionista do Hospital Municipal;

**Vagas:** 01 vaga;

**Carga horária:** 35 horas semanais

**Salário base:** R\$ 1.356,00 (Hum mil e trezentos e cinquenta e seis reais)

#### **Atribuições:**

- Coordenar e supervisionar as atividades relativas aos serviços e programas de nutrição promovidos pela administração, analisando carências alimentares e o conveniente aproveitamento dos recursos dietéticos.
- Coordenar e supervisionar as atividades relativas ao controle da compra, da estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para a melhoria proteica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares nos programas;
- Coordenar e supervisionar as atividades relativas às atividades de merendeiras e ajudantes; Orientar e supervisionar estagiários e outros profissionais na execução de seus serviços; zelar pela limpeza e conservação de materiais, equipamentos e do local de trabalho;
- Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente organizacional.
- Elaborar e acompanhar programas de educação nutricional; controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, garantindo as condições higiênico-sanitárias.
- Supervisionar e avaliar os programas de nutrição em saúde pública e serviços de alimentação e dietética do hospital municipal, bem como, quando solicitado, junto à merenda escolar, creches, postos de saúde e outros locais de atividades determinadas pela administração.
- Planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIQUINIQUE**

RUA FRANCISCO MARTINS, 01 - CENTRO  
CEP: 45770-000 – MAIQUINIQUE - BA  
CNPJ: 13.751.821/0001-01



- Efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional.
- Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho,
- Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município para Secretaria Municipal de Saúde, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, caso haja necessidade, usando como recursos os estabelecidos pela Lei nº. 4.320/64

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DE MAIQUINIQUE, ESTADO DA BAHIA, EM 03 DE JUNHO DE 2019.**

JESULINO DE SOUZA PORTO  
Prefeito Municipal

ENIO LIMA LEITE  
Secretário de Administração  
Decreto nº 006/2017



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIQUINIQUE**  
RUA FRANCISCO MARTINS, 01 - CENTRO  
CEP: 45770-000 – MAIQUINIQUE - BA  
CNPJ: 13.751.821/0001-01



## JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Remeto à análise e aprovação dessa Colenda Câmara Legislativa, o Projeto de Lei que ora segue apresentado, para obter a criação do cargo de Nutricionista do Hospital de Maiquinique, visando suprir a carência dessa especialidade no atendimento hospitalar local.

A criação do respectivo cargo decorre do fato de que, muito embora tenhamos profissionais na área de Nutrição no nosso Município, fato é que no nosso Hospital Municipal não há Nutricionista exclusivamente para aquele local.

Os cuidados com a saúde dos internos vão muito além dos tratamentos médicos hospitalares e consultas. Necessário, portanto, que nosso sistema de saúde esteja cada vez mais preparado para a necessidades e bem-estar do nosso povo.

Além disso, a presença deste profissional no Hospital é exigência dos Conselhos Regional e Federal de Nutrição, sendo certo que a inexistência do referido Nutricionista expõe a municipalidade a notificações e multas daqueles órgãos de classe.

Diante desse quadro, melhor alternativa não há senão a presença de um servidor com capacidade de exercer atribuições que tragam segurança alimentar qualidade de vida, o que se busca por meio da criação do cargo de Nutricionista do Hospital de Maiquinique, que, por meio das atribuições descritas no presente projeto de lei, elevará o sistema de saúde local a patamares cada vez mais altos.

Dessa maneira, com supedâneo nos artigos 37 – A de 58 a Lei Orgânica do Município, bem como das disposições acerca do regime de urgência previsto no Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Maiquinique – BA, conto com o apoio dos nobres edis para a aprovação deste projeto.

Gabinete do Prefeito, 07 de junho de 2019.

JESULINO DE SOUZA PORTO

Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINIQUE  
RUA FRANCISCO MARTINS, 01 - CENTRO  
CEP: 45770-000 – MAQUINIQUE - BA  
CNPJ: 13.751.821/0001-01



**LEI Nº 034/2019, DE 10 DE JUNHO DE 2019.**

**“CRIA O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**JESULINO DE SOUZA PORTO,**

PREFEITO MUNICIPAL DE MAQUINIQUE - BA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 58, III da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprova e sanciono a seguinte lei:

#### **REDAÇÃO**

Art. 1º - Quando a natureza do serviço a ser prestado exigir e uma vez comprovada a impossibilidade prática de se estabelecer o confronto entre os interessados, no mesmo nível de igualdade, indicando que determinada necessidade da Administração será melhor atendida mediante a contratação do maior número possível de prestadores de serviço, proceder-se-á ao credenciamento de todos os interessados que atendam às condições estabelecidas em regulamento.

Art. 2º - Na realização de credenciamento, a Administração deverá preservar a lisura, transparência e economicidade do procedimento e garantir tratamento isonômico aos interessados, com o acesso a qualquer um que preencha as exigências estabelecidas em regulamento, devendo instruir o respectivo processo com os seguintes elementos:

I – comprovação de forma clara e inequívoca, em procedimento próprio, da ocorrência das condições previstas no art. 1º, cabendo ao ordenador de despesas declará-la e solicitar do Prefeito Municipal autorização para abertura do procedimento administrativo visando a publicação do Edital para abertura do Cadastramento;

II – convocação dos interessados por meio da imprensa oficial, de jornal de grande circulação e, sempre que possível, por meio eletrônico;

III – fixação criteriosa da tabela de remuneração dos serviços a serem prestados, se for o caso;

IV – regulamentação da sistemática a ser adotada.

Art. 3º - O processo de contratação direta por meio do credenciamento deverá ser precedido de chamada pública elaborada e executada pela Comissão de Licitação levando em consideração as disposições contidas na Lei Federal 8.666/93 e observados os seguintes requisitos:

I – ampla divulgação, mediante aviso publicado na imprensa oficial, em jornal de grande circulação e, sempre que possível, por meio eletrônico, podendo também a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIQUINIQUE**  
RUA FRANCISCO MARTINS, 01 - CENTRO  
CEP: 45770-000 – MAIQUINIQUE - BA  
CNPJ: 13.751.821/0001-01



Administração utilizar-se de chamamento direto a interessados do ramo, que gozem de boa reputação profissional, para ampliar a quantidade de credenciados;

II – fixação de critérios e exigências mínimas para que os interessados possam se credenciar;

III – possibilidade de credenciamento, no prazo estabelecido no edital de chamamento, de interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas fixadas;

IV – fixação de tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, dos critérios de reajustamento, das condições e dos prazos para o pagamento dos serviços, bem como dos critérios para redução dos preços fixados;

V – rotatividade entre todos os credenciados, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado;

VI – vedação expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada;

VII – possibilidade de rescisão do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, mediante notificação à Administração, com a antecedência fixada no termo respectivo;

VIII – previsão de os usuários denunciarem irregularidade na prestação dos serviços;

IX – fixação das regras a serem observadas pelos credenciados na prestação dos serviços;

X – estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º Na eventualidade de aplicação de descredenciamento em virtude de irregularidade cometida pelo credenciado, respeitados o contraditório e a ampla defesa, aquele a quem se impôs tal penalidade ficará impedido de novamente se credenciar, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos, conforme dispuser o edital.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no inciso III, a qualquer tempo, os interessados poderão solicitar seu descredenciamento, o qual se dará sem efeitos retroativos e nenhum ônus para a Administração Municipal.

§ 3º - O interessado credenciado que solicitou o seu descredenciamento deverá atender todas as exigências contratuais no tocante ao distrato.

Art. 4º - A empresa ou pessoa física que atender todos os ditames do Edital e tiver seu credenciamento deferido, poderá ser convocado pela Administração Pública Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIQUINIQUE**

RUA FRANCISCO MARTINS, 01 - CENTRO

CEP: 45770-000 – MAIQUINIQUE - BA

CNPJ: 13.751.821/0001-01



para firmar contrato para execução do objeto do credenciamento, cujo contrato será regido pelas normas contidas na Lei 8.666/93.

Art. 5º - Os interessados aprovados no credenciamento e que assinarem contrato com a Administração Pública serão convocados para oferecer serviços ou bens ao Município nos moldes estabelecidos no contrato previsto no artigo anterior e na quantidade que lhe for solicitada pela Administração Pública.

Art. 6º - Havendo mais de participante devidamente habilitado no edital de credenciamento, os serviços a serem adquiridos pelo Município, serão distribuídos aos credenciados de forma mais igualitária possível, resguardando-se à Administração Pública a possibilidade de descredenciar o licitante caso o mesmo descumpra as obrigações contratuais.

§ Único – Quando os serviços contratados por meio de credenciamento tiverem como beneficiário final os munícipes, a estes será dado o direito de escolha dentre os diversos credenciados fornecedores daquele serviço.

Art. 7º - Os contratos decorrentes do credenciamento, bem como seu ato convocatório, deverão prever qual a quantidade dos serviços, bem como as verbas orçamentárias pertinentes.

Art. 8º - O ato convocatório deve conter o valor que será pago pelo município por cada bem ou serviço, cujo valor será definido em ampla pesquisa de mercado com o intuito de comprovar e demonstrar, no procedimento, a vantagem ou igualdade dos valores definidos em relação à licitação convencional ou preços de mercado.

Art. 9º - O ato convocatório para o credenciamento será feito por meio de Edital ou convocação direta a todos os interessados e o prazo de credenciamento não poderá ser inferior a dez (10) dias e o ato de convocação publicado oito (08) dias úteis antes do primeiro dia de vigência do prazo do credenciamento.

Art. 10 - Ao procedimento do credenciamento previsto nesta lei, principalmente no tocante ao ato convocatório, aplicar-se-á subsidiária e complementarmente as disposições contidas na Lei 8.666/93 (lei de licitações) e na Lei 10.520/02 (lei do pregão).

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO MAIQUINIQUE – ESTADO DA BAHIA, EM 10 DE JUNHO DE 2019.**

JESULINO DE SOUZA PORTO  
Prefeito Municipal

ENIO LIMA LEITE  
Secretário de Administração  
Decreto nº 006/2017